

A. I. Nº - 206857.0006/17-1
AUTUADA - PROQUIGEL QUÍMICA S/A
AUTUANTES - ROBERTO FREITAS BARRETO e MARCÍLIO JOSÉ AMORIM DOS SANTOS
ORIGEM - IFEP INDÚSTRIA
PUBLICAÇÃO - INTERNET – 07.12.2018

5ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0181-05/18

EMENTA: ICMS. 1. CRÉDITO FISCAL. UTILIZAÇÃO INDEVIDA MATERIAL DE USO E CONSUMO. AQUISIÇÕES DE BENS PARA INTEGRAR O ATIVO IMOBILIZADO. Comprovado que os itens da autuação referem-se a materiais vinculados à manutenção de equipamentos - são partes e peças de reposição e ferramentais, destinados à manutenção periódica das máquinas e equipamentos do setor fabril da empresa - sem direito a crédito fiscal. Não demonstrada a efetiva vinculação dos bens ao processo fabril do estabelecimento. Apurada ainda a existência de itens que pertencem a categorias de bens incorporados à estrutura física do imóvel da empresa (imóveis por acessão física). Indevido o lançamento dos créditos fiscais no livro CIAP destinado ao controle dos ativos fixos e a posterior compensação na conta corrente do imposto. Infração comprovada. Não acolhido o pedido para realização de diligência ou perícia técnico-contábil em relação aos bens cujos créditos foram lançados no CIAP. 2. IMPOSTO RECOLHIDO A MENOS. Descumprimento de obrigação principal. 3. DOCUMENTOS FISCAIS. NOTAS FISCAIS. FALTA DE ESCRITURAÇÃO DE NOTAS FISCAIS NO REGISTRO DE ENTRADAS. MULTAS. OPERAÇÕES NÃO TRIBUTÁVEIS. Descumprimento de obrigação acessória. Infrações 02 e 03 reconhecidas e quitadas pelo contribuinte na fase de defesa. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

Trata-se de Auto de Infração lavrado em 21/12/2017 para exigir ICMS e multa por descumprimento de obrigação acessória, no valor principal de R\$47.368,16, mais acréscimos legais, contendo as seguintes imputações:

***Infração 01** - Utilizou indevidamente crédito fiscal de ICMS referente a aquisição de material para uso e consumo do estabelecimento. A autuada utilizou-se indevidamente de crédito fiscal de ICMS na aquisição de materiais para uso e consumo do estabelecimento, escriturados equivocadamente no livro CIAP, como bens do ativo imobilizado, conforme demonstrativo SIAF – Sistema Integrado de Auditoria Fiscal, anexo. Valor exigido: R\$39.915,43, acrescido da multa de 60%, prevista no art. 42, inc. VII, letra “a”, da Lei nº 7.014/96.*

***Infração 02** - O contribuinte recolheu a menor ICMS, em função de divergência entre o valor do imposto recolhido e o valor informado em documentos e livros fiscais, em declarações econômico-fiscais e/ou arquivos eletrônicos. A autuada transpôs os valores dos créditos ICMS, apurados no livro Registro Controle de Crédito do Ativo Permanente a maior para o livro Registro de Apuração do ICMS conforme demonstrativos do SIAF – Sistema Integrado de Auditoria Fiscal. Valor exigido: R\$2.488,79, acrescido da multa de 60%, prevista no art. 42, inc. II, letra “b”, da Lei nº 7.014/96.*

Infração 03 - Deu entrada no estabelecimento de mercadoria (s) não tributável (s) sem o devido registro na escrita fiscal. A autuada não efetuou o registro de notas fiscais eletrônicas a elas destinadas, identificadas através do cruzamento dos dados do SPED, tudo conforme demonstrativo SIAF – Sistema Integrado de Auditoria Fiscal, anexo. Multa de 1% por descumprimento de obrigação acessória no valor de R\$4.963,94, prevista no art. 42, inc. XI, da Lei nº 7.014/96.

O contribuinte foi notificado pessoalmente da lavratura do presente Auto de Infração em 27.12.2017 e ingressou com defesa administrativa protocolada em 16/02/2018, peça processual anexada às fls. 123 a 141 deste PAF subscrita por advogados com procuração nos autos e correspondente substabelecimento (**doc. 1 – fls. 143/145**).

Após ressaltar a tempestividade da medida impugnatória, a defesa discorreu ser uma pessoa jurídica de direito privado que tem como objeto social a produção, importação e exportação de produtos químicos em geral, fertilizantes, bem como a fabricação e comercialização de chapas e resinas acrílicas e de policarbonatos, revestindo-se, assim, da condição de contribuinte do ICMS.

Informou inicialmente que reconheceu a procedência parcial da autuação fiscal em apreço, especificamente no que tange às infrações 02 e 03, razão pela qual está providenciando a quitação do débito a elas relativo através de utilização de crédito acumulado. Os documentos comprobatórios e a correspondente petição para pagamento via certificado de crédito estão acostados às fls. 85/87 e fls. 209/215 dos autos.

Impugnou a totalidade da cobrança contida na infração 01, que abrangeu fatos geradores ocorridos ao longo dos meses janeiro a dezembro dos exercícios de 2013 a 2016.

Ressaltou a impugnante que no exercício do seu objeto social, adquire bens destinados à manutenção das suas atividades, muitos deles vinculados a projetos de investimento, relacionados à ampliação, modernização ou renovação do seu parque fabril, bens esses que integram o seu ativo imobilizado e, conseqüentemente, geram direito à utilização de créditos fiscais quando das suas aquisições, conforme autorizado pela legislação de regência do ICMS.

Que os bens adquiridos pela Impugnante, indicados nos citados demonstrativos integrantes do auto de infração, foram registrados no seu ativo imobilizado, em estrita observância às normas contábeis, pois, na sua grande maioria, destinaram-se à renovação/modernização do seu parque fabril. Disse ainda que a análise foi muito panorâmica, uma vez que não teceu nenhuma consideração sobre o processo produtivo da Impugnante e a aplicação dos bens adquiridos nas máquinas e equipamentos do ativo imobilizado integrantes do seu processo produtivo.

Sustenta, portanto, que o lançamento tributário em questão glosa créditos cuja legitimidade seria evidente, tais como aqueles apropriados sobre equipamentos das máquinas utilizadas no processo produtivo, assim como de partes e peças integrantes do ativo imobilizado e outras categorias de bens, muitos deles destinados a projetos de ampliação e renovação do parque fabril.

A fim de comprovar suas alegações, a Impugnante colacionou cópias dos requerimentos de aprovação e memoriais descritivos dos projetos de ampliação, modernização e revitalização do seu parque industrial, nos quais foram empregados os bens listados no Auto de Infração combatido (**Doc. 02 – fls. 158 a 170**). Declarou que nos arquivos anexados encontram-se a justificativa e descrição de todos os projetos de investimento nos quais foram empregados os bens listados, bem como seus dados técnicos e relação de todas as mercadorias e serviços adquiridos em cada um deles.

Destacou que o termo “Projeto” refere-se à formalização de aquisição e montagem de equipamentos que serão destinados ao desenvolvimento das atividades da companhia, que podem ser desde uma simples máquina até uma linha de montagem completa de uma fábrica, por exemplo.

Na peça de defesa a impugnante relacionou os projetos de investimento vinculados aos bens autuados (fl. 127).

Nessa esteira, a Impugnante apresentou ainda, demonstrativo contendo a vinculação das notas

fiscais autuadas aos respectivos projetos de modernização, ampliação e renovação do seu parque fabril, nos quais foram aplicados os itens adquiridos (**Doc. 03 – fl. 171 – CD anexo**).

Salientou, que os projetos em tela tiveram por objetivo o aumento da vida útil da planta industrial, sua modernização e ampliação e/ou garantia da sua capacidade produtiva nos termos requeridos pelos órgãos e sistemas regulatórios, razão pela qual os bens adquiridos para a sua implementação enquadram-se perfeitamente no conceito contábil de ativo imobilizado.

Expostos os contornos fáticos da autuação, a Impugnante passou a demonstrar a lisura dos seus procedimentos à luz da legislação, considerando que os bens autuados: (i) são diretamente aplicados no processo produtivo e nas máquinas e equipamentos; (ii) atendem aos critérios contábeis para contabilização no ativo imobilizado; e (iii) não se tratam de bens destinados ao uso e consumo, classificação pretendida pela Fiscalização Estadual.

Passou em seguida a discorrer acerca do **direito ao crédito sobre mercadorias destinadas ao ativo permanente, inclusive partes e peças de reposição**.

Enfatizou que o legislador constitucional foi exaustivo e minucioso ao disciplinar o ICMS, estabelecendo, dentre outros aspectos, a forma de operacionalização da não-cumulatividade, consagrada no artigo 155, § 2º, inciso I, da Constituição Federal de 1988, mediante o método “Crédito de Imposto”, dispondo que será compensado o imposto devido em cada operação relativa à circulação de mercadorias com o montante cobrado nas operações anteriores. Nesse contexto constitucional, o legislador ordinário promulgou a Lei Complementar n.º 87/96 (Lei Kandir), a qual teve por objetivo, determinar as linhas mestras a serem seguidas por todos os Estados-Membros para a instituição do ICMS e, em cujo artigo 20, restou estabelecido o amplo direito aos créditos de imposto incidente nas operações anteriores, norma transcrita na peça de defesa.

Com relação ao ativo permanente, afirmou ser fundamental considerar que a Lei Complementar assegurou o direito ao crédito *“decorrente de entrada de mercadorias no estabelecimento destinadas ao ativo permanente”*. Neste particular, sustenta que **a Lei Complementar não limitou a natureza das aquisições às máquinas e equipamentos**, não podendo o intérprete estabelecer restrição não prevista na norma. Que **a autorização para o direito ao crédito é ampla, contemplando quaisquer mercadorias destinadas ao ativo permanente**, o que no entender da Impugnante inclusive **contempla inegavelmente as partes e peças sobressalentes destinadas ao ativo permanente**.

Enfatizou em seguida que a única restrição prevista na Lei Complementar nº 87/1996, é aquela decorrente da leitura do art. 20, § 5º, combinado com o disposto no § 1º, do mesmo artigo, segundo o qual não dão direito a crédito as entradas que se refiram a mercadorias ou serviços alheios à atividade do estabelecimento e que esta mesma interpretação e conclusão são alcançadas através do exame dos dispositivos que disciplinam a não cumulatividade do ICMS do Estado da Bahia, na forma prevista na Lei nº 7.014/96.

Entende, portanto, a defesa que todas as mercadorias destinadas ao ativo imobilizado e que se refiram à atividade da Impugnante dão direito à apropriação de crédito sobre o ICMS arcado nas respectivas aquisições, salvo se esses bens forem empregados em atividade alheia ao seu objeto social.

Reproduziu na peça defensiva lições doutrinárias de Aroldo Gomes de Matos e José Eduardo Soares de Melo para sustentar que a utilização do crédito de ICMS nas aquisições de bens para o ativo imobilizado, abrange a utilização desses bens nas atividades operacionais ou não operacionais do estabelecimento:

Diante dos textos legais e das manifestações doutrinárias expostas, argumenta que não há dúvidas acerca do direito à utilização de créditos de ICMS em aquisições de bens do ativo imobilizado destinados à atividade do estabelecimento, havendo proibição de utilização de crédito, tão somente, para mercadorias alheias à atividade desenvolvida pelo contribuinte, ou

seja, estranhos ao seu objeto social.

Por fim, afirmou que qualificação pelos autuantes das mercadorias adquiridas pela Impugnante como sendo de uso e consumo, para atrair a vedação ao crédito prevista no § 2º do art. 29 da Lei 7.014/96 decorre tão somente do desconhecimento do processo produtivo da Impugnante e dos conceitos do direito contábil que claramente qualificam as referidas mercadorias, como ativo permanente.

Passou em seguida a discorrer acerca do conceito legal de ativo permanente, o qual respalda a apropriação de todos os créditos utilizados, afirmando que esse conceito não se resume às máquinas e equipamentos, que são apenas uma das categorias integrantes do grupo contábil do ativo permanente.

Após fazer considerações acerca da redação original da Lei n.º 6.404/1976, pontuou que este grupo de contas patrimoniais teve sua divisão alterada pela Lei n.º 11.638/2007 e, posteriormente, foi extinto pela Lei n.º 11.941/2009, que instituiu a segregação das contas patrimoniais do ativo, em ativo circulante e ativo não-circulante, *verbis*:

c) ativo permanente, dividido em investimentos, imobilizado, intangível e diferido.

II – ativo não circulante, composto por ativo realizável a longo prazo, investimentos, imobilizado e intangível.

Apesar das alterações mencionadas, em qualquer das configurações, o grupo de contas do ativo imobilizado é contemplado, e apresenta historicamente a seguinte definição legal, constante do art. 179 da Lei n. 6.404/76, abaixo reproduzido:

Art. 179. As contas serão classificadas do seguinte modo:

(...)

IV - no ativo imobilizado: os direitos que tenham por objeto bens destinados à manutenção das atividades da companhia e da empresa, ou exercidos com essa finalidade, inclusive os de propriedade industrial ou comercial; (Redação Original)

IV – no ativo imobilizado: os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da companhia ou da empresa ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram à companhia os benefícios, riscos e controle desses bens;

À luz de tais disposições normativas, a defesa sustenta que os bens destinados à manutenção das atividades da companhia e da empresa, devem ser registrados no ativo imobilizado, grupo integrante do ativo permanente e que o conceito legal de ativo imobilizado não se resume às máquinas e equipamentos propriamente ditos, o que levaria à equivocada conclusão, por exemplo, de que as partes e peças utilizadas nas linhas de produção não comporiam o ativo imobilizado.

Ressaltou que o plano de contas sugerido pelo FIECAFI para identificar dentre as contas do ativo imobilizado, abrange as contas de Máquinas, Aparelhos e Equipamentos e de Peças e Conjuntos de Reposição, conforme texto abaixo reproduzido:

XI - PEÇAS E CONJUNTOS DE REPOSIÇÃO

São registradas nesta conta as peças (ou conjuntos já montados) destinadas à substituição em máquinas e "equipamentos, aeronaves, embarcações" etc. Tais substituições podem ocorrer em manutenções periódicas de caráter preventivo e de segurança, ou em casos de quebra ou avaria.

Disse ainda que tais considerações decorrem da disciplina normativa das ciências contábeis acerca da matéria, a começar pelas previsões da NPC 7 do IBRACON que determina:

“Definições

6. Ativo imobilizado objeto deste Pronunciamento compreende os ativos tangíveis que:

a. são mantidos por uma empresa para uso na produção ou fornecimento de mercadorias ou serviços, para locação a terceiros, ou para finalidades administrativas;
e

b. conforme a expectativa, deverão ser usados por mais de um período.

Reconhecimento Inicial

15. Um item do ativo imobilizado deve ser reconhecido como um ativo, quando:

a. for provável que a empresa venha a auferir futuros benefícios econômicos em decorrência da sua utilização, e

b. o custo do ativo puder ser medido de forma confiável.”

A partir da definição contábil acima descrita, disse que as peças objetos da presente autuação devem ser classificadas como ativo imobilizado, pois visam o aperfeiçoamento do maquinário e parque industrial da Impugnante, tendo em vista que os itens adquiridos são essenciais ao aperfeiçoamento das máquinas, ampliando a vida útil econômica originariamente estimada, consequentemente, buscando incrementar a produção e melhorar as condições do parque industrial.

No mesmo sentido, é o que dispõe os demais itens 19, 20 e 21 da NPC 7 do IBRACON, abaixo transcritos:

19 Ao identificar o que constitui um item separado de imobilizado, necessita-se de julgamento na aplicação dos critérios da definição às circunstâncias específicas ou a tipos específicos de empresas. Poderá ser apropriado juntar itens insignificantes, tais como moldes, ferramentas e matrizes, e aplicar o critério ao valor total. A maioria das peças sobressalentes e equipamentos de serviço é geralmente mantida em estoque e reconhecida como despesa à medida que é consumida. Entretanto, peças sobressalentes principais e equipamento de reserva se constituem em ativo imobilizado, quando a empresa espera usá-los durante mais de um período. Da mesma forma se peças sobressalentes e equipamento de serviço são usados exclusivamente em um determinado item do imobilizado e espera-se que o seu uso seja intermitente, são contabilizados como imobilizado e são depreciados durante um período que não exceda a vida útil do respectivo ativo.

20 Em certas circunstâncias é apropriado alocar o custo total com um ativo aos seus componentes e contabilizar cada componente separadamente. Tal é o caso em que os ativos componentes têm vidas úteis diferentes e proporcionam benefícios à empresa com um padrão diferente, necessitando, assim, do uso de diferentes métodos e taxas de depreciação. Por exemplo, uma aeronave e seus motores precisam ser tratados como ativos depreciáveis separados se tiverem vidas úteis diferentes.

21 Certos ativos podem ser adquiridos por motivos de segurança ou meio ambiente. A aquisição de tais ativos, embora não aumente diretamente os futuros benefícios econômicos de nenhum bem específico existente do imobilizado, poderá ser necessária para que a empresa obtenha os futuros benefício, econômicos de seus outros ativos. Quando este é o caso, tais aquisições de imobilizado merecem reconhecimento como ativos, visto que permitem que os futuros benefícios econômicos dos ativos sejam percebidos pela empresa, além daqueles que ela perceberia, se aquelas aquisições não tivessem sido feitas. Entretanto, tais ativos são reconhecidos somente na extensão em que o valor contábil desses ativos e dos ativos a que se relaciona não exceda o respectivo montante total recuperável.

Reafirmou que além da contabilização das máquinas, equipamentos e aparelhos, também podem ser objeto de ativação, partes e peças específicas, de uso intermitente, aplicados a um item do imobilizado e até mesmo bens de substituição adquiridos por motivo de segurança necessária. Além disso, afirmou ser legítimo ainda o registro de itens individualmente insignificantes que, devido à natureza das atividades, sejam agrupados para registro pelo critério do valor total.

Nesse mesmo sentido, reproduziu a norma do Conselho Federal de Contabilidade, através da NBC 19.1, que adotou os seguintes critérios para contabilização das peças sobressalentes:

“19.1.3.1. Peças maiores e equipamentos sobressalentes devem ser classificados como

ativo imobilizado quando a entidade espera usá-los durante mais de 12 meses.

19.1.3.2. Peças separadas e equipamentos de manutenção que podem ser usados somente em um determinado item do ativo imobilizado devem ser registrados como imobilizado.

19.1.3.3. Itens de valor não-relevantes podem ser agrupados por natureza do bem e aplicados ao valor total dos itens os critérios para reconhecimento como ativo imobilizado.

19.1.3.4. Outros ativos adquiridos, por exemplo, por motivos de segurança ou ambientais, devem ser registrados no ativo imobilizado, se essas aquisições permitirem que futuros benefícios econômicos dos ativos sejam percebidos pela entidade, além daqueles que ela perceberia, se aquelas aquisições não tivessem sido feitas.

19.1.3.5. As peças de reposição e equipamentos de manutenção não-enquadrados nos itens 19.1.3.1. e 19.1.3.2. devem ser reconhecidos no resultado quando consumidos”.

No mesmo sentido a NBC TG 27 (R3) assim estabeleceu:

8. Sobressalentes, peças de reposição, ferramentas e equipamentos de uso interno são classificados como ativo imobilizado quando a entidade espera usá-los por mais de um período. Da mesma forma, se puderem ser utilizados somente em conexão com itens do ativo imobilizado, também são contabilizados como ativo imobilizado.

Outrossim, o IBRACON, através da edição da Interpretação Técnica nº 01/2006, delineou o tratamento contábil dos custos com manutenções relevantes de bens do ativo imobilizado em intervalos regulares, com vistas à utilização do ativo até o final de sua vida útil econômica:

“Para essas manutenções, as entidades paralisam as operações do ativo ou do grupo de ativos por um certo período de tempo e incorrem, de maneira geral, nos seguintes principais gastos:

a) Componentes principais e peças.

b) Serviços próprios ou contratados de terceiros para a substituição dos componentes e peças.

c) Serviços próprios ou contratados para manutenções e limpezas relevantes.

d) Custos fixos da planta durante o período da manutenção, das perdas de estoque etc”.

Atualmente, destacou a defesa a existência do Pronunciamento Técnico CPC 27 (Instrução Normativa CFC nº 1.177/2009), que disciplina o tratamento contábil para ativos imobilizados nas demonstrações financeiras, considerando o alinhamento das práticas contábeis brasileiras com o IFRS, promovido inicialmente pelas alterações da Lei n.º 11.638/2007. No referido pronunciamento contábil, foram destacadas as seguintes considerações sobre a contabilização de sobressalentes e peças de reposição:

8. Sobressalentes, peças de reposição, ferramentas e equipamentos de uso interno são classificados como ativo imobilizado quando a entidade espera usá-los por mais de um período. Da mesma forma, se puderem ser utilizados somente em conexão com itens do ativo imobilizado, também são contabilizados como ativo imobilizado.

9. Este Pronunciamento não prescreve a unidade de medida para o reconhecimento, ou seja, aquilo que constitui um item do ativo imobilizado. Assim, é necessário exercer julgamento ao aplicar os critérios de reconhecimento às circunstâncias específicas da entidade. Pode ser apropriado agregar itens individualmente insignificantes, tais como moldes, ferramentas e bases, e aplicar os critérios ao valor do conjunto.

A defesa, a partir das regras técnicas acima reproduzidas, afirmou que a contabilidade estabelece critérios muito claros e com algum grau de flexibilidade, para que os bens adquiridos sejam conceituados como integrantes do ativo imobilizado. Por se tratar de conceito não definido pela legislação fiscal, disse ser essencial a sua leitura à luz das normas contábeis e com a consideração da atividade da Impugnante e das peculiaridades de seu processo produtivo.

A Impugnante, a partir das razões acima expostas, não vislumbra quais são os fundamentos

legais para que a Fiscalização Estadual qualifique as partes e peças, aplicadas na linha de produção, como bens destinados ao uso e consumo.

A Impugnante declarou, mais à frente, que utiliza em sua escrituração fiscal e contábil o sistema de gestão (ERP) TOTV's, onde no ato das entradas das notas fiscais ocorrem os reconhecimentos das obrigações fiscais e também da escrituração contábil. Que os lançamentos são inicialmente registrados na conta Transitória de Ativo Imobilizado (posteriormente transferido para imobilizado em andamento, e ao final do projeto os valores são direcionados para as respectivas contas do grupo de imobilizado), Impostos a Recuperar com contra partida na conta de Fornecer a pagar. Reproduziu na peça defensiva o resumo dos lançamentos contábeis envolvendo essas contas (fls. 138/139).

Por fim, a Impugnante declarou, que em outros Autos de Infração lavrados sob idêntico fundamento, esse Conselho de Fazenda Estadual decidiu pelo direito de crédito nas aquisições dos mesmos tipos de bens autuados, utilizados em projetos de ampliação e modernização do parque fabril, conforme consta nos Acórdãos reproduzidos às fls. 174 a 205 deste PAF (Doc. 05 – Acórdãos 0298-11/14 e 0165-12/13).

Diante do exposto, entende a Impugnante ter restado cabalmente comprovado o seu direito ao crédito com relação aos bens adquiridos para seu ativo imobilizado, nos estritos termos da legislação fiscal e do direito contábil, considerando-se o seu processo produtivo, os memoriais dos projetos de modernização e ampliação do seu parque fabril, o demonstrativo de vinculação de notas fiscais aos respectivos projetos, bem como as telas de contabilização apresentadas.

Ao finalizar a peça de defesa, o contribuinte pede que seja acolhida a Impugnação apresentada para o fim de afastar a infração 01, requerendo ainda a juntada posterior de documentos, bem como, a realização de diligências fiscais para constatação dos fatos alegados e análise dos documentos colacionados, nos termos dos artigos 123, § 3º e 145 do Decreto nº 7.629/99.

Por fim, requer que todas as publicações e intimações relativas ao presente feito sejam realizadas em nome dos patronos da causa, no endereço Av. Tancredo Neves, 1632, Torre Sul, Cjs. 2205/2212, Caminho das Árvores, Salvador – BA, CEP 41820-020.

O contribuinte, através de seus advogados, atravessou petição nos autos, datada de 13 de março de 2017, informando que dentro do prazo de defesa apresentou pedido de expedição de certificado de crédito de ICMS para pagamento parcial do débito lançado no Auto de Infração (infrações 02 e 03), o qual se encontra pendente de homologação, visando a análise formal da legitimidade dos créditos fiscais. Por este motivo, a defesa requer que seja suspensa a continuidade da cobrança das infrações 02 e 03, até a formalização definitiva da quitação do débito e a consequente extinção do crédito tributário, nos termos do art. 122, parágrafo único, do RPAF/99.

Foi prestada **INFORMAÇÃO FISCAL** pelos autuantes em 03 de julho de 2018, peça processual que foi anexada às fls. 217 a 219 dos autos.

Após fazerem uma síntese das acusações fiscais e das razões expostas na peça impugnatória, afirmaram que a infração 01, decorreu da utilização indevida de créditos fiscais de ICMS referente a aquisição de material para uso ou consumo do estabelecimento. Os itens objeto da cobrança encontram-se relacionados nas folhas 28 a 65. Trata-se de peças de reposição, ferramentas, anéis, mangueiras etc, envolvendo um elenco de partes e peças usadas na manutenção da unidade fabril, que por suas características, não se classificam como ativo permanente. Reafirmaram que são materiais que não podem ser classificados como ativo permanente, pois sua vida útil é efêmera e que essa matéria foi sobejamente apreciada por este Conselho, sempre no sentido da procedência das cobranças.

Diante do exposto formulam pedido pela procedência integral do Auto de Infração em lide.

VOTO

O Auto de Infração em lide é composto de 03 (três) ocorrências fiscais conforme foi

detalhadamente exposto no Relatório, parte integrante e inseparável do presente Acórdão.

Passo inicialmente ao exame da infração 01, que trata da utilização indevida de créditos fiscais de itens tratados pela empresa na condição de bens destinados ao ativo imobilizado e entendidos pela fiscalização como materiais de uso e consumo, ou seja, bens ferramentais ou não vinculados ao processo produtivo da empresa.

Em relação ao pedido de perícia/diligência fiscal para esse item da autuação rejeito a postulação defensiva, considerando que a descrição efetuada pela defesa nos autos é suficiente para a formação do convencimento deste relator. A questão será mais bem detalhada no exame de mérito dessa exigência fiscal.

Os bens objeto do lançamento que integra o item 01 da autuação, foram listados pelos autuantes nos Demonstrativos juntados às fls. 31 a 65, envolvendo os itens: cabos condutores elétricos, tubos, barras chatas, terminais em cobre, luminárias, conectores, luvas, conduítes, perfis, válvulas, tomadas, eletrodutos, arruelas, porcas, juntas, buchas, grampos, joelhos, flanges, pluges, chaves, baldes, ferramentas de diversas especificações (alicates, chaves de fenda etc), cadeados, EPIs (jaquetas, calças, balaclava e luvas), além de eletrodomésticos e eletroeletrônicos (geladeiras, aparelhos de ar condicionado, notebooks, aparelho celular iphone etc).

O contribuinte apresentou na peça de defesa os projetos a que estariam vinculados os citados itens e elaborou demonstrativo anexado ao PAF, onde constam todas as notas autuadas e respectivos projetos de ampliação e renovação do seu parque fabril, em que os bens adquiridos foram aplicados (Doc. 03 – reproduzido no CD – mídia digital – fls. 171/172).

Conforme já exposto acima, essa ocorrência decorreu da utilização indevida de crédito fiscal de ICMS, em que a autuada escriturou os materiais acima especificados no livro CIAP (Controle de crédito de ICMS do Ativo Permanente).

Não houve a demonstração probatória e fática, clara e inequívoca, nas peças processuais trazidas pela defendente, da afetação direta daqueles materiais e bens no processo de produção industrial, ou seja, se os mesmos estão vinculados às novas instalações da fábrica, ou seja, pequenos ativos incorporados a novos e grandes ativos, adquiridos para ampliação ou modernização da planta industrial, ou se os mesmos são meros materiais de reposição de equipamentos já existentes (peças de reposição e sobressalentes).

Os autuantes, por sua vez, frisaram que a exigência fiscal em lide é decorrência de farta jurisprudência deste Conselho, bem como da interpretação da Lei Complementar nº 87/96. O elenco dos itens descritos nas folhas 31 a 65 deste PAF revela se tratar de materiais de uso ou consumo do estabelecimento, já que não são consumidos e também não participam diretamente do processo produtivo. Não interagem com as matérias-primas e produtos intermediários produzidos nas etapas de fabricação, e não são, também, maquinários ou instrumentos que participam diretamente da geração dos produtos finais (produtos químicos, fertilizantes, resinas e chapas acrílicas e policarbonatos), não entrando, portanto, em contato direto com os produtos fabricados e não interagindo na condição de elemento indispensável à produção industrial desenvolvida pela empresa.

Cabe ressaltar que o regime de crédito fiscal positivado na Lei Complementar nº 87/96, é, ainda, de natureza restritiva, conforme texto do art. 20 da citada norma, que exclui a possibilidade de compensação do imposto em relação às mercadorias, serviços e bens alheios à atividade do estabelecimento, ou seja, não estão abarcados nesse direito os itens que não tenham participação direta no processo de produção das mercadorias.

Em decorrência, as normas contábeis citadas na peça de defesa originária do IBRACON e do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e a legislação societária (Lei nº 6.404/1976 e posteriores alterações promovidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09), não alteram o regime de crédito do ICMS, pois essa matéria é reservada à Lei Complementar tributária, nos termos do que dispõe a Constituição Federal no art. 146, inc. III, “b” c/c o art. 155, § 2º, inc. XII, letra “c”.

Observo ainda, que os créditos fiscais por aquisição de bens utilizados nas instalações elétricas da unidade industrial, a exemplo de tomadas e plugs, são também indevidos em razão desses materiais fazerem parte da estrutura física das instalações industriais, por incorporação física ao prédio (acessão física), alheias, portanto, à atividade fabril do estabelecimento, não devendo ser mantido o crédito fiscal apropriado, conforme preceitua o art. 20, § 1º da Lei Complementar nº 87/96.

Corroborando esse entendimento cabe mencionar algumas decisões administrativas originárias das Câmaras de Julgamento deste CONSEF. Cito dois Acórdãos proferidos em 2ª instância (CÂMARAS DE JULGAMENTO FISCAL), e um da 1ª instância (Junta de Julgamento), relacionados com essa temática:

ACÓRDÃO CJF Nº 0114-12/13

EMENTA: ICMS. 1. CRÉDITO FISCAL. UTILIZAÇÃO INDEVIDA. MATERIAL DE USO E CONSUMO. *É vedada a utilização de crédito fiscal relativo a materiais de uso e consumo. Comprovado que parte dos itens da autuação se refere a bens vinculados à manutenção de equipamentos ou peças de reposição de maquinários.*

ACÓRDÃO CJF Nº 0289-11/07

EMENTA: ICMS. 1. CRÉDITO FISCAL. UTILIZAÇÃO INDEVIDA. a) MATERIAL DE USO E CONSUMO. *É vedada a utilização de crédito fiscal relativo a material de uso e consumo. Infração não elidida.*

ACORDÃO JJF Nº 0133-01/12

EMENTA: ICMS. 1. CRÉDITO FISCAL. UTILIZAÇÃO INDEVIDA. a) MATERIAL DE USO E CONSUMO. *É vedada a utilização de crédito fiscal de ICMS relativo a materiais de uso e consumo do próprio estabelecimento. Comprovado que os itens da autuação se referem a bens vinculados à manutenção de equipamentos ou peças de reposição de maquinários. O crédito fiscal de ICMS decorrente de aquisições de materiais de uso e consumo somente poderá ser utilizado a partir de 1º de janeiro de 2020. Mediante diligência, os cálculos foram refeitos, o que reduziu o valor originalmente lançado. Infração parcialmente caracterizada.*

Pelas razões acima expostas, nosso voto em relação à infração 01 é pela manutenção integral da exigência fiscal.

No tocante às infrações 02 e 03, relacionadas respectivamente ao recolhimento a menor do ICMS, por divergência entre os valores informados nos documentos e livros fiscais e as declarações econômico-fiscais/arquivos eletrônicos e pelo descumprimento de obrigações acessórias, decorrente da falta de registro de notas fiscais de entrada em operações de aquisição de mercadorias não tributadas, observo que na fase de defesa, o contribuinte reconheceu o cometimento dessas infrações e pediu que as mesmas fossem quitadas através da emissão de certificado de créditos acumulados na sua escrita fiscal.

Sobre a questão relacionada ao pagamento dos valores reconhecidos pelo sujeito passivo (infrações 02 e 03), através de créditos acumulados de ICMS, o contribuinte atravessou petição nos autos, juntada às fls. 85/87, reiterada pela petição de fls. 209/210, que deverão ser desentranhadas desse processo para o devido processamento junto ao órgão fazendário competente.

Os valores que vieram a ser recolhidos pelo sujeito passivo deverão ser homologados pela autoridade fiscal competente da Inspetoria de origem do processo.

Em decorrência do quanto acima exposto, nosso voto é pela PROCEDÊNCIA “*in totum*” do Auto de Infração.

Por fim, conforme pedido formulado na inicial, o órgão de preparo do CONSEF deverá proceder à notificação da presente Decisão ao contribuinte e ao seu representante legal habilitado nos autos, advogado Dr. Marcos Rogério Lyrio Pimenta (OAB/BA nº 14.754), com endereço na Avenida Tancredo Neves, nº 1632, Edifício Salvador Trade Center, sala 2210, Torre Sul, Caminho das

Árvores, Salvador – Bahia, CEP 41.820-020.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 5ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **206857.0006/17-1**, lavrado contra **PROQUIGEL QUÍMICA S/A.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$42.404,22**, acrescido da multa de 60%, prevista no art. 42, inc. VII, “a,” e inc. II, letra “b” da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais, além da multa por descumprimento de obrigação acessória, no valor de **R\$4.963,94**, prevista no art. 42, inciso XI do mesmo diploma legal, devendo ser homologados os valores que vierem a ser recolhidos pelo sujeito passivo.

Sala de sessões do CONSEF, 05 de outubro de 2018.

TOLSTOI SEARA NOLASCO – PRESIDENTE/RELATOR

EDUARDO RAMOS DE SANTANA – JULGADOR

TERESA CRISTINA DIAS CARVALHO - JULGADORA